

ÍNDICE

1. DADOS GERAIS DA EMPRESA
 - 1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
 - 1.2 INVESTIMENTOS
 - 1.3 GASTOS
 - 1.4 RENDIMENTOS
 - 1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICA
 - 1.6 ASPETOS DIVERSOS

2. ACTIVIDADE POR CENTRO DE CUSTOS
 - 2.1 PANORAMA GERAL
 - 2.2 CARNAVAL
 - 2.3 FEIRA DE CAÇA E PESCA
 - 2.4 NOVOS TALENTOS
 - 2.5 FEIRA DE SÃO PEDRO
 - 2.6 FEIRA VIATURAS USADAS
 - 2.7 PARQUES DE ESTACIONAMENTO

3. ACTIVIDADES FUTURAS
 - 3.1 INVESTIMENTOS FUTUROS
 - 3.2 PRESPECTIVA ECONÓMICA

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 4.1 BALANÇO
 - 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
 - 4.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
 - 4.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
 - 4.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
 - 5.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
 - 5.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2013

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração da Promotorres, EM, apresentar o seu Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes à atividade da empresa no 1º semestre de 2013.

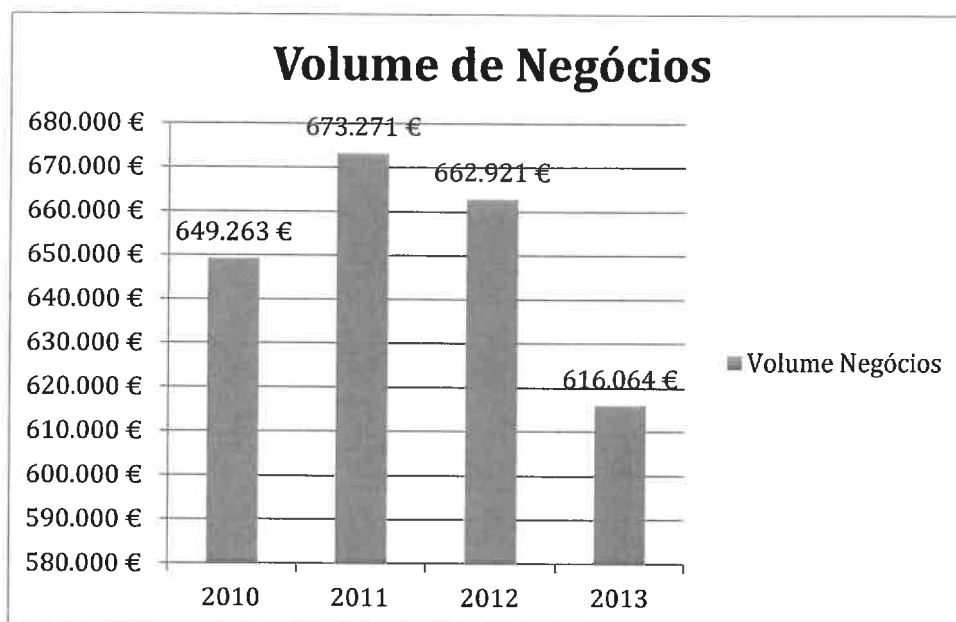
1.DADOS GERAIS DA EMPRESA

1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

No 1º semestre do ano corrente o volume de negócios da nossa sociedade cifrou-se em 616 063€ o que representa um decréscimo de 46 857€ em relação ao valor no período homólogo.

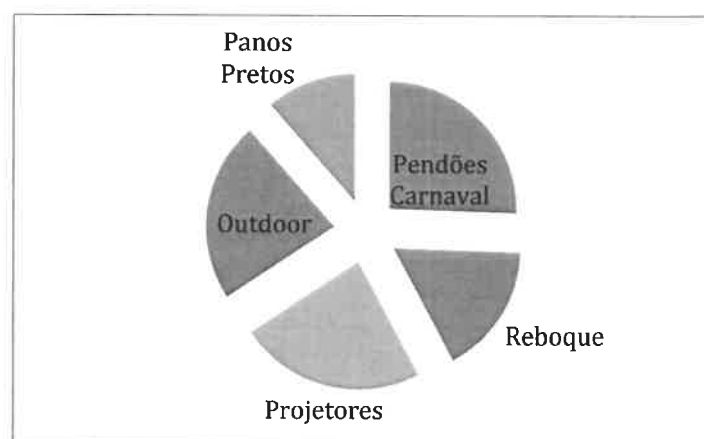
Este decréscimo é, para além da consequência da conjuntura económica do nosso país, originado em grande parte pela não faturação do contrato de prestação de serviços de gestão do mercado municipal, que foi convertido em Contrato Programa e aguarda visto do Tribunal de Contas.

As restantes atividades da empresa geraram rendimentos semelhantes aos anos anteriores.



1.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados, ascenderam a aproximadamente 9000€ divididos da seguinte forma:



Neste período o investimento não teve expressão significativa, a empresa centrou os esforços financeiros no equilíbrio de tesouraria e na redução do passivo. No próximo semestre prevê-se um crescimento assinalável dos investimentos. Estão previstos €40.000,00 destinados à aquisição de um novo sistema de gestão para o parque

subterrâneo do Mercado Municipal, no sentido de substituir o existente que tende para maiores custos de manutenção pelo desgaste evidenciado. Por outro lado, o novo sistema recorrendo a tecnologia mais recente oferece garantias para um serviço mais eficiente prestado aos utentes.

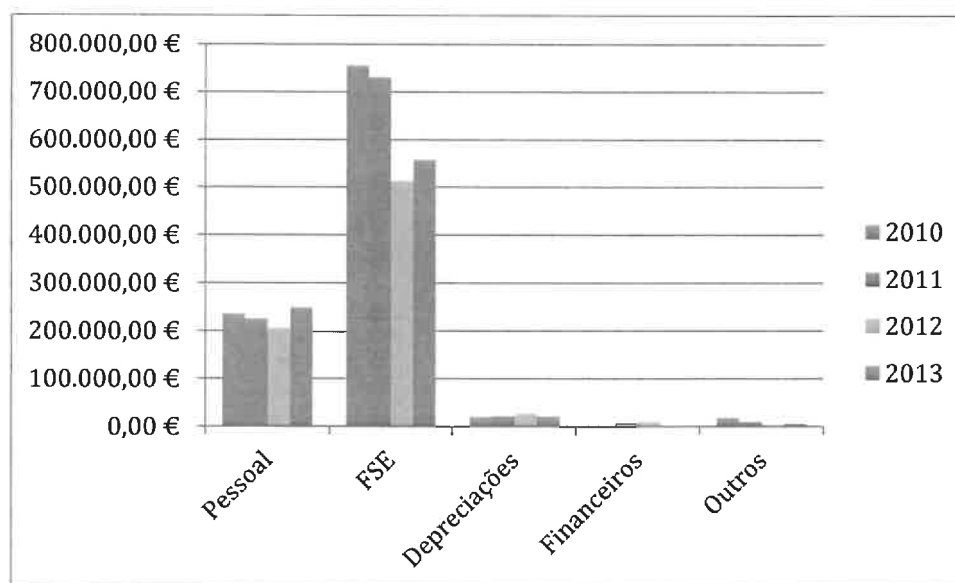
1.3 GASTOS

O aumento dos gastos com pessoal é justificado pela alteração do normativo legal: foram repostos os subsídios de férias e de natal a todos os funcionários, encontrando-se este último a ser processado em duodécimos. Consequentemente, também os encargos sobre remunerações revelam um acréscimo de gastos.

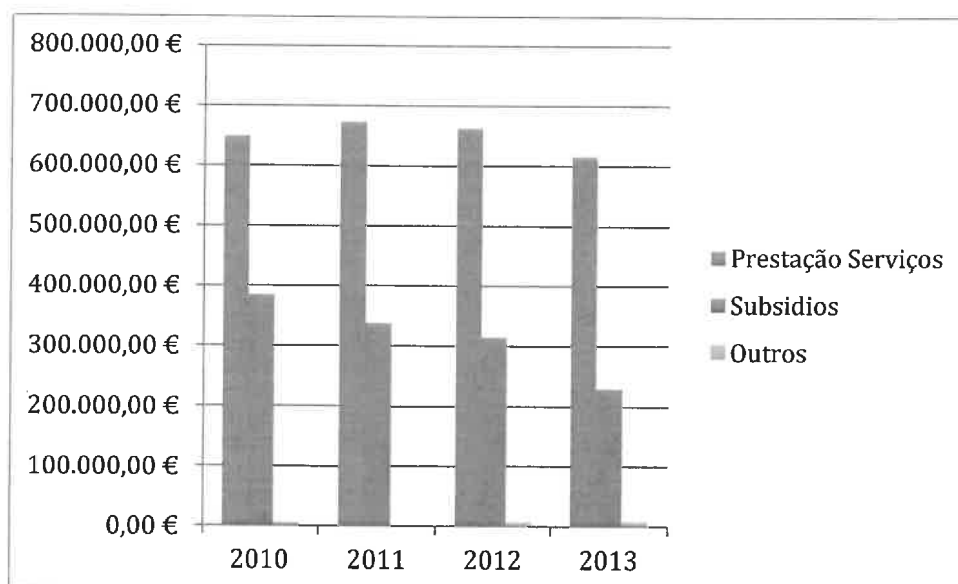
A classe de Fornecimentos e serviços externos teve uma redução generalizada em quase todas as rúbricas. Um dos gastos com mais peso é a Limpeza do Mercado Municipal, valor este que em 2012 foi reduzido, uma vez que houve uma reformulação dos serviços a prestar, bem como a mudança de fornecedor.

O aumento que se verificou em trabalhos especializados foi compensado com a redução dos materiais utilizados no Carnaval. O estaleiro foi consideravelmente reduzido.

Contabilizaram-se 21975€ euros de depreciações, uma ligeira diminuição uma vez que o investimento foi muito reduzido.



1.4 RENDIMENTOS



Através da análise do gráfico, pode notar-se uma ligeira diminuição nas prestações de serviços. Os subsídios à exploração tiveram uma diminuição significativa devido à redução de alguns contratos programa, prosseguindo uma política de contenção de custos, sobretudo nos eventos de média e grande envergadura.

Os restantes valores de rendimentos não têm peso nos rendimentos gerais da empresa.

1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

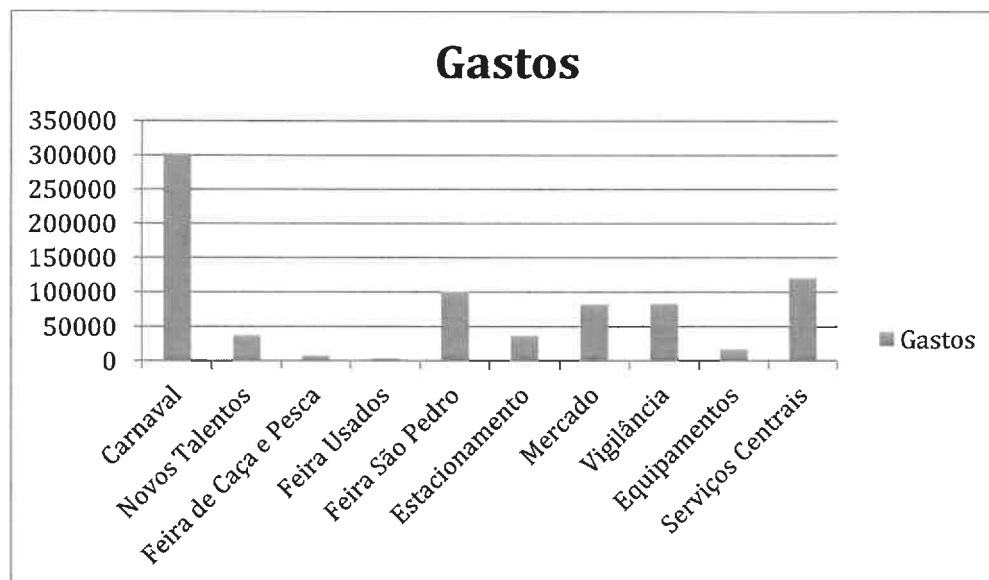
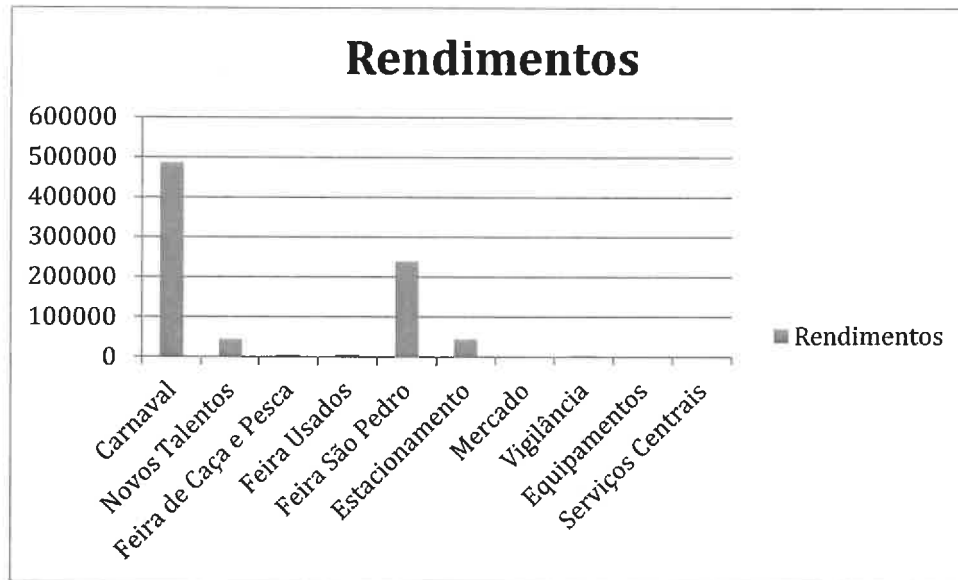
No final do 1º semestre a empresa apresenta uma autonomia financeira de 26.35%, (-5% que no semestre homólogo) o que se traduz num ligeiro aumento da dependência em Capitais Alheios. Uma liquidez geral de 84.78% (100.8% no ano transato) e uma cobertura do imobilizado de 0.70 (-0.50 no exercício de 2012).

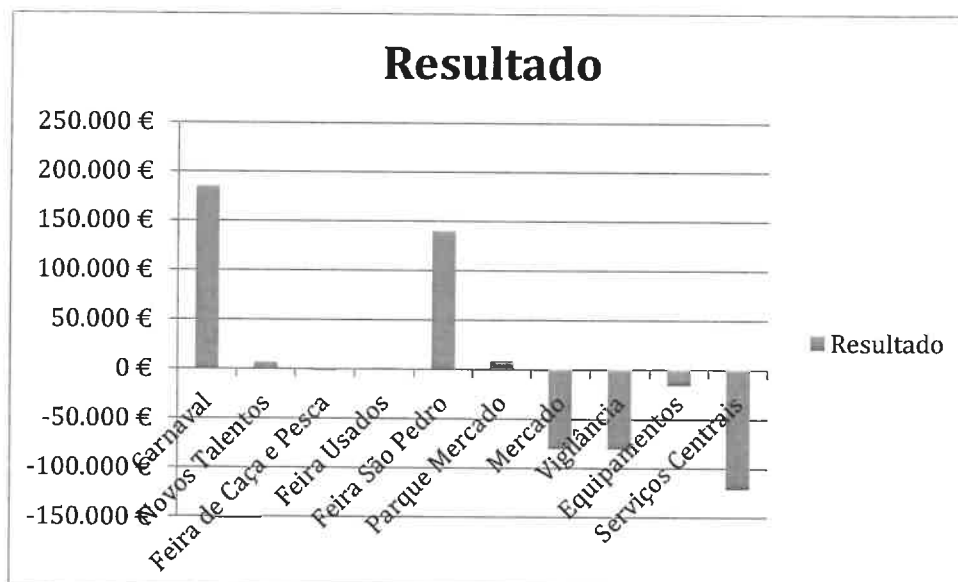
1.6 ASPETOS DIVERSOS

A empresa não tem dívidas ao estado ou à segurança social em situação de mora.

2.ACTIVIDADE POR CENTRO DE CUSTOS

2.1 PANORAMA GERAL





2.2. CARNAVAL TORRES

O Carnaval de Torres assume-se como o mais importante ativo estratégico do Concelho.

A edição 2013 do Carnaval de Torres cumpriu as expectativas orçamentais, respeitando rigorosamente o orçamento previsional de despesa, assente numa base de “desinvestimento” em estaleiro, tendo em conta o Tema escolhido para o Carnaval.

A “Reciclagem” permitiu um reaproveitamento cuidadoso dos melhores carros alegóricos dos últimos dez (10) anos, conferindo ao Carnaval de Torres a notoriedade que o caracteriza em termos de sátira e espontaneidade aliadas à qualidade, com «contenção» orçamental.

A estrutura de despesa do Carnaval comparativamente a edições anteriores manteve as características de «contenção», -32% em relação a 2011 e - 22% em relação a 2012.

A receita própria do evento, dependente em grande percentagem da bilheteira, regista nas últimas edições estabilidade em termos percentuais, representando uma fidelização e afirmação do Carnaval junto do público. Os ingressos vendidos no dia representam em 2013 - 42% da receita total, em 2012 - 43% e em 2011 - 33%, num ano de más condições climatéricas.

Na edição 2013, como consequência das alterações introduzidas ao nível da “não tolerância de ponto” à terça-feira, o Carnaval contou com mais um desfile pago (o de

segunda-feira), fomentando a organização a aquisição de Livre Trânsito pelo mesmo valor das edições anteriores, contemplando mais um dia. Confirmou-se a descida acentuada dos ingressos vendidos à terça-feira, de aproximadamente 50% se comparado com os melhores anos. Destaque para o sábado à noite ao compararmos com a média dos últimos anos que registou uma “subida” de 50% nos ingressos vendidos.

De acordo com o estudo de performance de comunicação elaborado pela “Cision”, o Carnaval de Torres é o que apresenta os indicadores mais elevados, seja no número de notícias (331), sejam os contactos provocados pela informação (78 milhões), ou o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela (4.8 milhões de euros). No total e traduzindo estes números em horas de exposição nos meios de comunicação social, o Carnaval de Torres “ocupou” um total de 7h00 em televisão e rádio.

Na edição de 2013 foi ainda elaborado um estudo de impacto económico, da responsabilidade do GITUR. Este estudo avalia em 9 milhões de euros o impacto do evento na economia local.

NÚMERO INGRESSOS VENDIDOS

	2009	2010	2011	2012	2013
	CHUVA DOM.		CHUVA D/T	CHUVA D/T	CHUVA DOM.
SÁBADO	11502	10449	7562	10806	15064
DOMINGO	17965	9689	13783	18037	6246
SEGUNDA					10610
TERÇA	20468	5010	9745	14535	9562
TOTAL	49935	25148	31090	43378	41482

Receita/Despesa 2009-2013

CARNAVAL	2009*	2010*	2011	2012	2013
DESPESA	539.443 €	522.226 €	441.744 €	385.728 €	303.002 €
RECEITA	575.613 €	455.760 €	465.167 €	494.631 €	488.507 €
RESULTADO	36.170 €	-66.466 €	23.423 €	108.904 €	185.506 €

* Chuva

2.3. FEIRA CAÇA PESCA E NATUREZA DO OESTE

A 5ª edição realizou-se no primeiro semestre do ano, numa parceria com a CMTV e a Comissão Cinegética Municipal. Após decisão de tornar o evento bianual dadas as “contingências de mercado”, com dificuldade na captação de parceiros para expor (espelho da realidade económica do País), esta edição confirmou esta conjuntura. Tratando-se de um evento essencialmente comercial, e com capacidade de atração de público de acordo com as áreas cujo número de aficionados se estima ser elevado no concelho de Torres Vedras e na região Oeste (Feira, Caça e Natureza), considera-se premente avaliar a sua continuidade.

O número de expositores contrasta claramente com o número de visitantes. Com cerca de 3.000 visitantes (pagantes) esta edição confirmou a oportunidade para quem expõem de obter visibilidade, num segmento de mercado com potencial para se expandir.

A componente “natureza” assume um papel de destaque nesta edição, com exposição de espécies cinegéticas, montagem de picadeiro para demonstrações equestres e espaço dedicado aos canídeos, com campo de treino para caça.

Em termos financeiros o evento mantém a tendência deficitária, apesar da redução da rubrica de despesa em 31%, tendo a rubrica da receita sofrido uma redução de apenas 8%, em relação à edição de 2011.

Feira Caça e Pesca	2010	2011	2013
DESPESA	8.950 €	11.573 €	8.061 €
RECEITA	7.956 €	6.382 €	5.909 €
RESULTADO	-994 €	-5.191 €	-2.151 €

2.4. NOVOS TALENTOS

A sua relevância social e associativa aliada à componente de formação dos candidatos mantêm-se como principais objetivos do evento, que se pode considerar uma tradição no município das suas treze (13) edições ininterruptas.

A realização de 20 eliminatórias nas Freguesias do Concelho, com uma média de 30 participantes por Freguesia, e 3 finais de cada uma das áreas a concurso confere

oportunidades aos jovens até aos 25 anos em contactar com artes de palco, não apenas na vertente de concurso, mas essencialmente com a oportunidade de obterem formação de canto, na moda ou na dança.

No capítulo das participações, o evento estabilizou nas últimas edições nas seis (6) centenas de participantes (desde a sua 4 edição). Destaque para a categoria de Dança que se revelou na edição deste ano pela quantidade de candidatos (146) e pela qualidade evidenciada.

Em termos financeiros, a “contenção” orçamental na despesa que se havia registado em 2012 voltou a suceder, permitindo inverter os resultados negativos das duas anteriores edições. Em relação à edição de 2012, a redução da despesa foi de 6%, enquanto que a receita registou uma subida de 6%.

O valor protocolado com a Câmara Municipal para a produção do projeto representa neste ano 68% do total do investimento, 15% resulta do apoio das Juntas de Freguesia, sendo os restantes 17% resultantes de angariação de publicidade e bilheteira.

Os quadros seguintes resumem a evolução do número de participantes desde 2001, bem como a demonstração orçamental das últimas edições.

Novos Talentos	2009	2010	2011	2012	2013
DESPESA	45.929 €	61.840 €	51.264 €	52.050 €	37.961 €
RECEITA	46.127 €	61.167 €	47.948 €	50.734 €	45.111 €
RESULTADO	198 €	-673 €	-3.316 €	-1.316 €	7.151 €

2.5. FEIRA DE SÃO PEDRO

O maior certame Agro Industrial e Comercial da Região Oeste como justamente é reconhecida, ultrapassou a “fronteira” regional, e é hoje uma das principais Feiras generalistas do País tendo em conta vários fatores de análise.

O número de visitantes acima dos duzentos mil (ver quadro) é uma tendência que se mantém nas suas últimas edições, apesar das alterações introduzidas em termos de horário de abertura ao público de há 2 anos a esta parte (17h para as 19h durante a semana). Esta realidade crescente de visitas ao certame é resultado da diversidade que as

várias valências da Feira lhe conferem, seja na visita aos expositores, nas compras, no convívio, nas tasquinhas ou nos divertimentos.

O número de expositores das três últimas edições (ver quadro), apresenta características tendenciais de manutenção / fidelização de parceria, sinais claros de satisfação de quem procura a Feira de São Pedro para contactar com o seu “target”. A estabilização do número de expositores em torno das duas centenas, leva a admitir que o modelo atual de Feira continua suficientemente atrativo para este segmento de clientes.

Na edição de 2013, a Promotorres, além do programa de fidelização de expositores habituais lançado em 2012, criou uma “janela de oportunidade” para inscrições realizadas em determinado período, “oferecendo” um desconto igual ao valor do iva.

Número de expositores comerciais em área coberta e descoberta

Ano	Expositores
2008	253
2009	237
2010	238
2011	212
2012	222
2013	213

Número de visitantes da Feira de S. Pedro

Ano	Visitantes
2008	225.549
2009	227.820
2010	228.543
2011	232.502
2012	222.396
2013	221.786

2.6. FEIRA VIATURAS USADAS

A feira temática vocacionada para os automóveis usados foi a primeira realizada no País. Várias têm sido as alterações em termos de periodicidade do evento, tentando conjugar esforços para “combater” a realidade socioeconómica e de mercado, que têm afetado o sector automóvel em particular nesta vertente das viaturas usadas.

A realização do evento é hoje condicionada pela realidade dos parceiros com disponibilidade de participação, sendo concertadas entre as partes as datas de realização, a campanha promocional a realizar e a introdução de novidades no evento. O sucesso da iniciativa muito se deve à relevância do comércio automóvel no tecido económico local, reconhecida no âmbito regional.

Após vários anos com periodicidade bimensal, a Feira passou em 2011 a trimestral, e em 2012 a semestral com a duração de 10 dias em contra ponto com os 3 dias de duração anteriores.

Esta é uma decisão, concertada com os operadores, que tem como objetivo potenciar as 2 edições, concentrando esforços na promoção e aliando as datas de realização a outros eventos a realizar na Expotorres.

Na edição deste semestre a feira contou com 9 empresas que comercializam viaturas usadas, sendo a avaliação bastante positiva para os parceiros e para a organização, em termos de afluência de público, negócios concretizados e na execução orçamental.

Feira Usados	2010	2011	2012	2013
DESPESA	19.756 €	18.686 €	7.308 €	3.438 €
RECEITA	18.392 €	14.302 €	6.407 €	4.585 €
RESULTADO	-1.364 €	-4.384 €	-902 €	1.147 €

2.7. PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Encontram-se em funcionamento da responsabilidade da Promotorres o Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, o parque de estacionamento de edifício Multiserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras, e o Parque de Estacionamento dos Jardins de Santiago.

Estas infraestruturas produzem uma receita apreciável, cabendo à Promotorres EM a prestação de um serviço de qualidade aos utentes que delas usufruem. Nos quadros seguintes apresenta-se o fluxo para cada uma das infraestruturas:

Parques	2011	2012	2013
Mercado	20.452,45 €	17.622,32 €	20.808,28 €
CMTV	26.146,00 €	26.403,55 €	17.645,41 €
Jardins Santiago	18.159,40 €	11.659,19 €	7.011,48 €

3 ACTIVIDADES FUTURAS

3.1 INVESTIMENTOS FUTUROS

Embora se mantenha alguma dificuldade de liquidez, para o segundo semestre 2013 está previsto como referido no ponto 1.2. do presente relatório um investimento na ordem dos €40.000,00 destinado à aquisição de um novo sistema de gestão para o parque subterrâneo do Mercado Municipal. Acresce que, face à possibilidade de delegação de competências mais alargadas na empresa seja absolutamente necessário investimentos cuja tipologia e montante não podemos ainda prever com rigor.

3.2 PERSPECTIVAS FUTURAS

No segundo semestre de 2013 perspectiva-se o seguinte:

- a) Dar continuidade aos eventos com relevância demonstrada, Festival das Vindimas e Feira de Viaturas Usadas nesta ultima mantendo a concertação com os operadores. Continua a pretender-se a racionalização de custos aliada à prestação dos serviços com qualidade em linha com o já tem vindo a ser desenvolvido.
- b) Com a entrada em vigor do Contrato Programa de Gestão e Exploração do Estacionamento alargará a Promotorres a sua atividade no imediato à gestão integral do projeto “Agostinhas” e à exploração e manutenção dos 25 parcómetros já existentes.

- c) Dada a aparente estabilização da legislação de enquadramento da atividade de segurança privada irá a Promotorres reavaliar a viabilidade de adquirir o alvará de empresa de segurança privada.

Torres Vedras, 30 setembro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 BALANÇO

Promotorres, EM

Balanços em 31 de dezembro de 2012 e 30 junho 2013

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	207.015,91	219.683,44
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras pelo MEP			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas / sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		207.015,91	219.683,44
Ativo corrente			
Inventários	8	8.077,38	2.736,66
Ativos biológicos			
Clientes	9	184.935,15	128.137,11
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	10	89.634,47	110.248,52
Acionistas / sócios			
Outras contas a receber	11	19.212,02	10.189,48
Diferimentos	12	6.157,97	25.365,17
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e seus equivalentes	13	36.115,54	10.087,51
		344.132,53	286.764,45
Total do ativo		551.148,44	506.447,89

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	250.000,00	250.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais	15	3.000,10	3.000,10
Outras reservas			
Resultados transitados	16	-122.294,33	-127.418,97
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		14.526,13	5.124,64
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		145.231,90	130.705,77
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17	269.500,16	301.333,35
Adiantamentos de clientes		2.845,50	
Estado e outros entes públicos	10	30.190,95	14.343,08
Acionistas / sócios			
Financiamentos obtidos	18	0,00	215,80
Outras contas a pagar	19	102.969,93	48.785,91
Diferimentos	12	410,00	11.063,98
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		405.916,54	375.742,12
Total do passivo		405.916,54	375.742,12
Total do capital próprio e do passivo		551.148,44	506.447,89

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Promotorres, EM

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Períodos findos em 30 junho de 2012 e 30 junho 2013

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	+	616.063,64	662.920,88
Subsídios à exploração	21	+	230.000,00	315.000,02
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, ass. e empreendimentos conjuntos		+ / -		
Variação nos inventários da produção		+ / -		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-	-2.224,81	0,00
Fornecimentos e serviços externos	24	-	-558.224,47	-513.224,76
Gastos com o pessoal	25	-	-250.067,17	-205.427,09
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		+ / -		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	23	+ / -	738,00	-41.438,57
Provisões (aumentos / reduções)		+ / -		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Aumentos / reduções de justo valor		+ / -		
Outros rendimentos e ganhos	26	+	8.924,08	7.611,75
Outros gastos e perdas	27	-	-6.125,44	-3.907,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	39.083,83	221.534,53
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	28	+ / -	-21.975,72	-27.760,50
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	17.108,11	193.774,03
Juros e rendimentos similares obtidos		+		0,00
Juros e gastos similares suportados	29	-		-10.943,97
Resultado antes de impostos		=	17.108,11	182.830,06
Imposto sobre o rendimento do período	31	- / +	-2.581,98	-15.284,03
Resultado líquido do período		=	14.526,13	167.546,03

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4.3 DEMOSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

Contas Individuais

MOVIMENTOS E SALDOS	NOTAS	Capital Realizado	OICP	RESERVAS LEGAIS	OR	RESULTADOS TRANSITADOS	OVCP	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 01.01.2012	14	250.000,00	-	2.857,45	-	-205.127,35	-	2.851,03	50.581,13
Alterações no Período:									
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								5.124,64	5.124,64
Resultado Integral								5.124,64	5.124,64
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	75.000,00	-	-	75.000,00
Outras operações		-	-	142,65	-	2.708,38	-	-2.851,03	-
Saldos em 31.12.2012	14	250.000,00	-	3.000,10	-	-127.418,97	-	5.124,64	130.705,77
Alterações no Período:									
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								14.526,13	14.526,13
Resultado Integral								14.526,13	14.526,13
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	5.124,64	-	-5.124,64	-
Saldos em 30.06.2013		250.000,00	-	3.000,10	-	-122.294,33	-	14.526,13	145.231,90

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

*Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Períodos findos em
30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013*

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	Efeito	PERÍODOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	651.093,50	708.800,97
Pagamento a fornecedores	-	-520.385,47	-664.180,26
Pagamentos ao pessoal	-	-161.777,11	-145.496,25
Caixa gerada pelas operações	+ / -	-31.069,08	-100.875,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- / +	-2.209,21	-3.442,95
Outros recebimentos/pagamentos	+ / -	-159.244,61	-112.573,04
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-	-192.522,90	-216.891,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-11.449,07	-1.918,80
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+ / -	-11.449,07	-1.918,80
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Subsídios do estado	+		
Cobertura de prejuízos	+		75.000,00
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+	230.000,00	300.500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-		-10.943,97
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+ / -	230.000,00	364.556,03
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+ / -	26.028,03	145.745,70
Efeito das diferenças de câmbio	+ / -	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	10.087,51	13.526,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	36.115,54	159.272,03

Técnico Oficial de Contas

Conselho de
Administração

4.5 ANEXO

ANEXO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luis de Moura, Loja A cave em Torres Vedras e tem como objeto a Promoção e gestão de equipamentos coletivos, prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, organizando e patrocinando eventos, a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano, no Município de Torres Vedras, incluindo a fiscalização de todas as disposições legais sobre estacionamento na via publica sob a sua gestão, a construção, instalação, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano pago à superfície, a promoção, construção e exploração do estacionamento em estrutura subterrânea ou em silo, a elaboração e promoção de estudos e projetos de estacionamento, mobilidade e acessibilidade urbana, podendo ainda exercer, acessoriamente, as atividades de comercialização de bens desde que relacionadas, direta ou indiretamente com o seu objeto.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

No 1º semestre de 2013 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Empresa adotou as NCRF pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a “NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”. Desta forma, a Empresa preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Não existem ativos realizáveis ou passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem ativos ou passivos considerados como não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do semestre a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, para todos os outros saldos e transações.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25% incidente sobre a correspondente matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante um período de seis anos, até 2009 inclusive, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011 e cinco anos a partir de 2012, sendo que, neste último caso, apenas é possível a dedução dos prejuízos fiscais até 75% do montante do correspondente lucro tributável. Em exercícios

futuros, o total das deduções à matéria coletável é de 270 044,61 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

e) Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

g) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) *Subsídios*

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o 1º Semestre de 2013, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No 1º Semestre de 2013, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do semestre e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

Caixa e DO	30-jun-13	31-dez-12
Numerário	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários	35.115,54	9.087,51
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	36.115,54	10.087,51

Neste momento estamos já a praticar um fundo fixo de caixa, fundo este com o valor de 1000 euros. Esta caixa encontra-se nos escritórios da empresa.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 29.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no semestre findo em junho de 2013 e no exercício de 2012 foi o seguinte:

30 de junho de 2013

Ativos Fixos Tangíveis	SI Jan 13	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Transfer.	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	154.477,11					154.477,11
Equipamento básico	117.923,24		3.735,31			121.658,55
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83					68.716,83
Outros ativos Fixos Tangíveis	148.907,70		5.572,88			154.480,58
Investimentos em curso						0,00
Total	565.824,88	0,00	9.308,19	0,00	0,00	575.133,07
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	74.661,09		6.294,89			80.955,98
Equipamento básico	53.555,67		5.337,39			58.893,06
Equipamento de transporte	60.500,00		2.550,00			63.050,00
Equipamento administrativo	61.037,33		1.478,84			62.516,17
Outros ativos Fixos Tangíveis	96.387,35		6.314,60			102.701,95
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	346.141,44	0,00	21.975,72	0,00	0,00	368.117,16
Total						207.015,91

31 de dezembro de 2012

Ativos Fixos Tangíveis	SI jan 12	Reaval ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Transfer.	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	154.477,11		0,00			154.477,11
Equipamento básico	116.363,24		1.560,00			117.923,24
Equipamento de transporte	68.800,00		7.000,00			75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83					68.716,83
Outros ativos Fixos Tangíveis	147.107,70		1.800,00			148.907,70
Investimentos em curso						0,00
Total	555.464,88	0,00	10.360,00	0,00	0,00	565.824,88
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	62.253,81		12.407,28			74.661,09
Equipamento básico	41.521,33		12.034,34			53.555,67
Equipamento de transporte	55.400,00		5.100,00			60.500,00
Equipamento administrativo	53.248,40		7.788,93			61.037,33
Outros ativos Fixos Tangíveis	84.636,05		11.751,30			96.387,35
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	297.059,59	0,00	49.081,85	0,00	0,00	346.141,44
Total						219.683,44

8 Inventários

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

Inventários	30 junho 13	31 dezembro 12
Mercadorias	8.077,38	2.736,66
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
	8.077,38	2.736,66
Perdas por imparidade de inventários	0,00	0,00
	8.077,38	2.736,66

A empresa quantificou inventário no valor de 8077.38 euros uma vez que, em continuidade ao iniciado em 2012, a empresa apostou pela venda de merchandising “Carnaval de Torres”, nesta rubrica estão consideradas: pulseiras dos desejos, crachás, tapa orelhas, óculos gigantes, imanes, camisolas, impermeáveis e porta chaves. Este material vai estar à venda durante todo o ano, em eventos próprios e eventos de outras organizações.

9 Clientes

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Clientes	30-jun-13		31-dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	0,00	184.935,15	0,00	128.137,11
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	98.980,25	0,00	99.718,25
	0,00	283.915,40	0,00	227.855,36
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-98.980,25	0,00	-99.718,25
	0,00	184.935,15	0,00	128.137,11

Clientes	30-jun-13		31-dez-12	
	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Clientes conta corrente	176.818,68	8.116,47	101.156,88	26.980,23
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	98.980,25	0,00	99.718,25	0,00
	275.798,93	8.116,47	200.875,13	26.980,23

A empresa optou por não fazer nenhum registo de imparidades uma vez que o aumento do saldo de clientes deve-se, na sua maioria, a clientes de Feira de São Pedro que efetuam o pagamento até ao final da feira, dia 7 de julho de 2013.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumulados de clientes, foram os seguintes:

Imparidades	30 junho 2013			30 junho 2012		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Em dívidas a receber		-738	-738	41438,57		41438,57

10 Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Estado e Outros Entes Públicos	30-jun-13	31-dez-12
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	8.830,09	9.377,96
Retenção de impostos sobre rendimentos	300,00	270,20
Imposto sobre o valor acrescentado	80.504,38	100.600,36
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	89.634,47	110.248,52

Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1.219,69	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	9.781,15	4.139,30
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	19.190,11	10.203,78
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	30.190,95	14.343,08

11 Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

Outras Contas a Receber	30-jun-13		31-dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores e Credores por Acréscimos	-	9.493,38	-	0,00
Fornecedores CC	-	8.181,54	-	8.597,51
Outros	-	1.537,10	-	1.591,97
	-	19.212,02	-	10.189,48
Perdas por imparidade acumuladas	-	0,00	-	0,00
	-	19.212,02	-	10.189,48

O valor evidenciado na conta “Devedores e Credores por Acréscimos” é na sua maioria valores de custos da feira de são pedro (limpeza, segurança, aluguer de equipamento) que apenas foi faturado no mês de julho. A empresa optou por registar o custo referente aos dias de junho em que o evento decorreu, de 27 a 30 de junho.

12 Diferimentos

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	30-jun-13	31-dez-12
Diferimentos		
Ativo		
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	6.157,97	25.365,17
outros	0,00	0,00
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>6.157,97</u>	<u>25.365,17</u>
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	410,00	11.063,98
	<u>410,00</u>	<u>11.063,98</u>

A nível de ativo temos aqui registado, também custos da feira de são pedro que foram faturados na sua totalidade em junho. O evento durou de 27 de junho a 7 de julho.

13 Caixa e depósitos bancários

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Caixa e DO	30-jun-13	31-dez-12
Numerário	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários	35.115,54	9.087,51
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	<u>36.115,54</u>	<u>10.087,51</u>

14 Capital realizado

Em 30 de junho de 2013 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 30 de junho de 2013, nele detêm pelo menos 20%:

- CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

15 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Esta rubrica não foi reforçada uma vez que todo o resultado líquido de 2012 foi transferido para resultados Transitados.

16 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foi decidido que a totalidade do resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 5124.64 euros, fosse transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

17 Fornecedores

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Fornecedores	30-jun-13		31-dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	269.500,16	0,00	297.075,55
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	4.257,80
	0,00	269.500,16	0,00	301.333,35

Fornecedores	30-jun-13		31-dez-12	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	259.003,03	10.497,13	286.578,42	10.497,13
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	4.257,80	0,00
	259.003,03	10.497,13	290.836,22	10.497,13

Há a salientar a redução desta rubrica o que leva a crer que a entidade em 2013 vai conseguir ter equilíbrio a nível de tesouraria para fazer face, atempadamente, aos seus compromissos.

18 Financiamentos Obtidos

Esta rubrica apresenta um saldo de 215.80 euros, em 2012 relativa a uma conta de depósitos à ordem que se encontra a descoberto.

19 Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

Outras Contas a Pagar	30-jun-13		31-dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores investimento	-	0,00	-	0,00
Devedores e credores por acréscimos	-	31.453,14	-	41.172,68
Outros devedores e credores	-	69.615,81	-	7.613,23
Outras contas a pagar	-	1.900,98	-	0,00
	-	102.969,93	-	48.785,91

O montante relevante nesta rubrica “devedores e credores por acréscimos” refere-se á estimativa de férias e subsídio de férias para 2014.

20 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012, foram como segue:

Volume de Negócios	30-jun-13			30-jun-12		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	2.224,81	0,00	2.224,81	0,00	0,00	0,00
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	613.838,83	0,00	613.838,83	662.920,88	0,00	662.920,88
	616.063,64	0,00	616.063,64	662.920,88	0,00	662.920,88

21 Subsídios à exploração

No 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Subsídios à Exploração	30- jun-13	30-jun-12
CP Serviços	0,00	85.000,02
CP carnaval	160.000,00	160.000,00
CP Corso escolar	40.000,00	40.000,00
CP Novos Talentos	30.000,00	30.000,00
	230.000,00	315.000,02

Também nesta rubrica se manifesta uma redução significativa da dependência da Câmara Municipal.

22 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012 é detalhado como segue:

Custo das Mercadorias Vendidas	30-jun-13			30-jun-12		
	Mercad	Mat. primas, Subs e de Consumo	Total	Mercad	Mat. primas, Subs e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	2.736,66	0,00	2.736,66	0,00	0,00	0,00
Compras	7.565,53	0,00	7.565,53	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 30 junho	8.077,38	0,00	8.077,38	0,00	0,00	0,00
Custo do exercício	2.224,81	0,00	2.224,81	0,00	0,00	0,00

23 Reversão de Imparidades

No ano 2012 foi feita uma análise exaustiva à rubrica de clientes, tendo contabilizado imparidades no montante de 41438.57 euros. Este semestre optou, a empresa, por não registar este mesmo gasto, tendo em conta que existem a rubrica de clientes tem na sua maioria saldos recentes.

Imparidades	30 junho 2013			30 junho 2012		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Em dividas a receber		-738	-738	41438,57		41438,57

24 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012 , foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	30-jun-13	30-jun-12
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	297.797,48	242.547,07
Materiais	135.968,12	194.097,59
Energia e fluídos	4.689,08	4.571,25
Deslocações, estadas e transportes	5.321,01	3.976,13
Serviços diversos:		
<i>Rendas e alugueres</i>	13.975,97	15.322,98
<i>Comunicação</i>	6.957,74	8.177,91
<i>Seguros</i>	1.952,40	1.913,11
<i>Royalties</i>	0,00	0,00
<i>Contencioso e notariado</i>	520,60	72,00
<i>Despesas de Representação</i>	0,00	48,70
<i>Limpeza</i>	30.566,54	42.696,12
<i>Descontos e abatimentos</i>	0,00	-324,00
<i>Outros serviços</i>	60.475,53	125,90
	558.224,47	513.224,76

Houve da parte da Promotorres uma contenção de custos acompanhando a difícil conjuntura nacional, esta redução contemplou todos os eventos.

25 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012 foi a seguinte:

Gastos com pessoal	30-jun-13	30-jun-12
Remunerações dos órgãos sociais	1.941,53	1.950,00
Remunerações do pessoal	202.081,53	161.309,13
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	7.186,96
Encargos sobre remunerações	40.919,57	32.657,28
Seguros	2.329,74	640,52
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	2.794,80	1.683,20
	250.067,17	205.427,09

O número médio de empregados da Empresa no 1º semestre de 2013 foi de 25 e no exercício de 2012 também de 25.

O aumento dos gastos com pessoal é justificado pela alteração do normativo legal: foram repostos os subsídios de férias e de natal a todos os funcionários, encontrando-se este último a ser processado em duodécimos. Consequentemente, também os encargos sobre remunerações revelam um acréscimo de gastos.

26 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012, foram como segue:

Outros Rendimentos	30-jun-13	30-jun-12
Rendimentos suplementares	7.797,85	6.893,75
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>1.126,23</u>	<u>718,00</u>
	8.924,08	7.611,75

27 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012, foram como segue:

Outros Gastos	30-jun-13	30-jun-12
Impostos	920,49	862,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	<u>5.204,95</u>	<u>3.045,64</u>
	6.125,44	3.907,70

28 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

No 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Depreciações	30-jun-13			30-jun-12		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	21.975,72	0,00	21.975,72	27.760,50	0,00	27.760,50
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	21.975,72	0,00	21.975,72	27.760,50	0,00	27.760,50

29 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012:

Resultados de Operações de Financiamento	30-jun-13	30-jun-12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	0,00	10.943,97
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	0,00	10.943,97
Resultados das operações de financiamento	0,00	10.943,97

30 Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, no 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2012, são apresentados no quadro que segue:

Transações	30-jun-13	30-jun-12
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	6.598,76	66.387,52
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	0,00	0,00

Saldos	30-jun-13	30-jun-12
Contas a receber	8.116,47	231.807,00
Contas a pagar	10.497,13	8.170,34
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Deixou, em 2013 de ser faturado o contrato de prestação de serviços para a gestão operacional do Mercado Municipal. Foi elaborado um contrato programa para a gestão deste espaço comercial, que está em aprovação no tribunal de contas.

31 Imposto sobre o rendimento

Imposto Exercício		30-jun-13
Resultado Líquido do exercício	a)	17.108,11
Correções Fiscais	b)	4.688,56
Prejuízos Fiscais	c)	270.044,61
Matéria Coletável (a+b)*25%	d)	5.449,17
Imposto (d*25%)	e)	1.362,29
Derrama (d*1,5%)	f)	81,74
Tributações Autónomas	g)	1.137,95
Imposto estimado (e+f+g)		2.581,98

32 Eventos subsequentes

O evento que abrange os dois semestres do ano, a Feira de São Pedro, foi devidamente reconhecido a nível de gastos e rendimentos.

Prevê-se no segundo semestre, um investimento no sistema de gestão do parque de estacionamento.

O estacionamento à superfície na cidade de Torres Vedras, o projeto “Agostinhas” (bicicletas urbanas) e a Fiscalização de estacionamento são explorações que vão ser da responsabilidade da empresa.

33 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o 1º semestre de 2013, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 30 de junho de 2013.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO
FINANCEIRA SEMESTRAL**

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea h) da Lei n.º 147/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, da “PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, EEM”, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de activo de 551 148 euros e um total de capital próprio de 145 232 euros, incluindo um resultado líquido de 14 526 euros), nas Demonstrações dos Resultados por Natureza, das Alterações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e no correspondente Anexo.

2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do pressuposto da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2013 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. E também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Massamá, 04 de Setembro de 2013



GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC
representada por
Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)